



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

HABEAS CORPUS Nº 0200511-2

IMPETRANTE : FERNANDO LINS  
PACIENTE : MARIA DE FÁTIMA DA SILVA  
RELATOR : DES.ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO  
COMARCA : VITÓRIA DE SANTO ANTÃO  
ORGÃO JULGADOR : SEÇÃO CRIMINAL  
PROCURADORA : MARIA HELENA DE OLIVEIRA E LUNA

220

**EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE REVISÃO CRIMINAL. POSSIBILIDADE. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO NA FIXAÇÃO DA PENA BASE. INOCORRÊNCIA. DOSIMETRIA DA PENA QUE OBEDECEU AOS DITAMES DOS ARTIGOS 59 E 68 DO CÓDIGO PENAL. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DEVIDAMENTE ANALISADAS. APLICAÇÃO DO SISTEMA TRIFÁSICO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. DENEGAÇÃO DA ORDEM. DECISÃO POR UNANIMIDADE DE VOTOS.**

I – É possível o manejo do remédio heróico como substituto da Revisão Criminal, desde que a matéria seja essencialmente de direito e não exija análise aprofundada de prova. Precedentes;

II – Sendo o presente writ substitutivo de ação de revisão criminal, a competência para o julgamento é da Seção Criminal, nos termos do artigo 26, Inciso I, alínea b, do Regimento Interno deste Tribunal;

III – In casu, a fixação da pena-base e a sua exasperação acima do mínimo legal restaram suficientemente justificadas na sentença penal condenatória, em razão do reconhecimento de circunstâncias desfavoráveis ao paciente (culpabilidade e personalidade), não havendo assim, que se cogitar em ilegalidade da pena imposta;

IV – Inocorrência de constrangimento ilegal;

V – No mérito, por unanimidade, denegou-se o pedido de habeas corpus.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Habeas Corpus nº 0200511-2**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Seção Criminal** deste Tribunal de Justiça, à **unanimidade de votos, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este acórdão.

Recife, 17 de dezembro de 2009.

Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**

HABEAS CORPUS Nº 0200511-2 /

221

IMPETRANTE : FERNANDO LINS ,  
PACIENTE : MARIA DE FÁTIMA DA SILVA  
RELATOR : DES.ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO  
ASSUNÇÃO  
COMARCA : VITÓRIA DE SANTO ANTÃO  
ORGÃO : SEÇÃO CRIMINAL  
JULGADOR  
PROCURADORA : MARIA HELENA DE OLIVEIRA E LUNA

**RELATÓRIO**

Trata-se de Habeas Corpus substitutivo de Revisão Criminal impetrado por Fernando Lins, advogado, em favor de MARIA DE FÁTIMA DA SILVA, qualificada à fls. 02 dos autos, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Vitória de Santo Antão.

O impetrante alega, em síntese, o seguinte: a paciente foi condenada nos autos da Ação Penal nº 243.2001.000423-7, em sentença datada de 17/07/2003, à pena de 04(quatro) anos e 06(seis) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicial semiaberto e ao pagamento de 10(dez) dias-multa, por infração aos artigos 155, §4º, II e IV c/c o art.61, II, h, ambos do Código Penal; a sentença proferida pela autoridade impetrada carece de ajuste no tocante à dosimetria da pena, uma vez que a fundamentação apresenta-se insuficiente e inadequada, para a fixação da pena-base em patamar superior ao mínimo legal, revelando-se, assim, inapta e juridicamente inidônea a embasar tão elevada reprimenda; apontam violação ao 93, IX, da CF; pugnam, ao final, pelo reconhecimento da nulidade e a desconstituição da decisão hostilizada, promovendo-se uma nova dosimetria da pena, com base nos parâmetros legais, com a



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**



222

fixação do regime inicial aberto para o cumprimento da pena, bem como a substituição da pena privativa de liberdade por sanção restritiva de direitos.

A inicial veio acompanhada dos documentos de fls. 07/229.

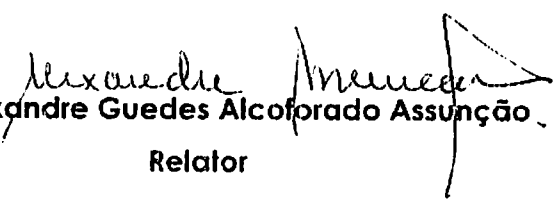
Às fls. 245, o despacho da lavra do Des. Nivaldo Mulatinho, determinando a redistribuição do presente *Habeas Corpus*, por competência entre os Desembargadores componentes da Seção Criminal, em virtude do seu manejo como *Substituto de Revisão Criminal*.

A autoridade indicada coatora prestou informações às fls. 255, instruindo-as com os documentos de fls. 256/264.

A Procuradoria Criminal, na pessoa da Procuradora de Justiça, Maria Helena de Oliveira e Luna, às fls. 251/253, ofertou parecer opinando pelo "improvemento do pedido revisional" e pela manutenção, na íntegra, da sentença combatida.

É o relatório.

Recife, 17 de dezembro de 2009.

  
Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção.

Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**

223

HABEAS CORPUS Nº 0200511-2  
IMPETRANTE : FERNANDO LINS  
PACIENTE : MARIA DE FÁTIMA DA SILVA  
RELATOR : DES.ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO  
ASSUNÇÃO  
COMARCA : VITÓRIA DE SANTO ANTÃO  
ORGÃO : SEÇÃO CRIMINAL  
JULGADOR  
PROCURADORA : MARIA HELENA DE OLIVEIRA E LUNA

**VOTO**

Conforme relatado, o presente habeas corpus foi impetrado por Fernando Lins, advogado, em favor de MARIA DE FÁTIMA DA SILVA, como substitutivo de Revisão Criminal, relativamente ao processo crime nº 243.2001.000423-7, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Vitória de Santo Antão.

O impetrante alega que falta fundamentação escoreita à sentença que condenou o paciente à pena definitiva de 04(quatro) anos e 06(seis) meses de reclusão, como incurso nas penas dos artigos 155, §4º, II e IV c/c o art.61, II, h, ambos do Código Penal, o que afronta o artigo 93, IX, da Constituição Federal.

Sustenta, assim, que o vício apontado acarretou no tocante ao processo de ajuste da pena, a fixação da pena em grau muito superior do mínimo legal.

Requer a reforma do decismum a quo para que seja realizada nova dosimetria da pena, fixando-se o regime inicial aberto para o cumprimento da pena. Pugna, por fim, pela substituição da pena privativa de liberdade por sanção restritiva de direitos.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

224

HABEAS CORPUS Nº 0200511-2  
IMPETRANTE : FERNANDO LINS  
PACIENTE : MARIA DE FÁTIMA DA SILVA  
RELATOR : DES.ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO  
ASSUNÇÃO  
COMARCA : VITÓRIA DE SANTO ANTÃO  
ORGÃO : SEÇÃO CRIMINAL  
JULGADOR  
PROCURADORA : MARIA HELENA DE OLIVEIRA E LUNA

VOTO

Conforme relatado, o presente habeas corpus foi impetrado por Fernando Lins, advogado, em favor de MARIA DE FÁTIMA DA SILVA, como substitutivo de Revisão Criminal, relativamente ao processo crime nº 243.2001.000423-7, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Vitória de Santo Antão.

O impetrante alega que falta fundamentação escoreita à sentença que condenou o paciente à pena definitiva de 04(quatro) anos e 06(seis) meses de reclusão, como incurso nas penas dos artigos 155, §4º, II e IV c/c o art.61, II, h, ambos do Código Penal, o que afronta o artigo 93, IX, da Constituição Federal.

Sustenta, assim, que o vício apontado acarretou no tocante ao processo de ajuste da pena, a fixação da pena em grau muito superior ao mínimo legal.

Requer a reforma do decisum a quo para que seja realizada nova dosimetria da pena, fixando-se o regime inicial aberto para o cumprimento da pena. Pugna, por fim, pela substituição da pena privativa de liberdade por sanção restritiva de direitos.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**

225

A impetração aventa dois fundamentos que são de certa forma contraditórios. O primeiro é que a sentença, no tocante à dosimetria, é desfundamentada, o que violaria o artigo 93, IX da Constituição Federal. O segundo é que a fundamentação apresenta-se insuficiente e inadequada para a fixação da pena base em patamar superior ao mínimo legal.

A toda evidência, não se trata de decisão desfundamentada, o que resultaria na nulidade da sentença, que poderia ser reconhecida através do *Habeas Corpus*. Senão vejamos.

O juízo monocrático, quando da elaboração da sentença, acostada às fls. 258/260, com relação à dosimetria da pena assim se posicionou:

**"Atendendo aos comandos dos artigos 59 e 68 do Código Penal, tenho que a culpabilidade da denunciada MARIA DE FÁTIMA DA SILVA, no crime de furto está evidenciada, tecnicamente primária, antecedentes não maculados, personalidade voltada para o crime, pelo que demonstra, quebrando a fiança, vítima contando com 74 anos de idade e não restou consequências graves, fixo a pena base em 04(quatro) anos de reclusão, aumentando em 06(seis) meses por força da circunstância agravante prevista no art.61, II, h, do Código Penal e a minguada de circunstâncias atenuantes ou agravantes e também outras causas de aumento ou diminuição, tornando-a definitiva em 04(quatro) anos e 06(seis) de reclusão e 10(dez) dias-multa, sendo cada dia fixado em 1/30(um trigésimo) do salário mínimo legal".**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**



226

Observe-se que o magistrado fundamentou sua decisão relativamente à dosimetria da pena estabelecida, aplicando a pena em um patamar mediano.

Cumprе salientar que a lei penal reservou ao juiz margem de discricionariedade, a fim de que a pena aplicada seja necessária e suficiente para a reprovação e prevenção do crime.

Assim, para a fixação da pena-base cleve o juiz analisar as circunstâncias judiciais contidas no art. 59, do Código Penal, aferindo a conduta social do réu, seus antecedentes, sua personalidade, os aspectos relevantes do fato criminoso para então encontrar o quantum da reprimenda que deverá ser imposta ao réu como forma de reprovação e prevenção de outras condutas criminosas. E, ainda, em respeito ao artigo 68 do CPP, sistema trifásico, prosseguirá, após a fixação da pena-base, considerando as circunstâncias atenuantes e agravantes, e, por derradeiro as causas de diminuição e aumento da pena.

A análise feita pelo juízo de 1º grau a respeito das circunstâncias judiciais do artigo 59, do Código Penal, atende aos ditames legais e constitucionais, não se podendo considerar que a decisão foi desfundamentada.

Impende realçar que a revisão da pena imposta pelas instâncias ordinárias só deve ser modificada em *Habeas Corpus*, segundo a jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, em situações excepcionais, quando constatado evidente abuso ou ilegalidade, sendo insuficiente o mero descontentamento do apenado com a sanção imposta



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**

227

pelo Juízo condenatório. *In casu*, não verifico vício manifesto na decisão vergastada.

Nesse sentido, colaciono o seguinte julgado:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS ATACANDO REVISÃO CRIMINAL. FURTO QUALIFICADO, ESTELIONATO E CORRUPÇÃO DE MENORES. PRISÃO EM FLAGRANTE. FUGA ANTES DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DEFINITIVA. DETRAÇÃO PARA FINS DE CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. DOSIMETRIA DA PENA. ABSOLVIÇÃO. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESTA PARTE, DENEGADA.

1. [...]

2 [...]

3. Na hipótese dos autos, a pretensão punitiva pelo crime de furto, cuja pena-base restou definida em 2 anos e 6 meses, prescreve em 8 anos (art. 109, IV, do CP).

4. A utilização do habeas corpus como substitutivo de revisão criminal se opera em caráter excepcional quando o apontado constrangimento ilegal se mostra flagrante, dispensando, inclusive, o revolvimento da matéria fático-probatória, hipótese diversa do presente caso. Precedentes do STJ.

5. Ordem parcialmente conhecida e, nesta extensão, denegada.

(HC 57.926/SC, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 19/08/2009, DJe 21/09/2009)

O fato da justificação se encontrar deficiente não é suficiente para sua invalidação. Além do mais, verifica-se que a pena imposta mostra-se adequada.

O juiz sentenciante, portanto, agiu com prudência na fixação da pena. Diante da análise dos autos, não observo os vícios apontados pelos impetrantes.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

228

A propósito, colho precedente do STJ:

PETIÇÃO RECEBIDA COMO HABEAS CORPUS. NARCOTRAFICÂNCIA. ART. 12, CAPUT DA LEI 6.368/76. DOSIMETRIA DA PENA. PENA-BASE FIXADA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL (5 ANOS E 6 MESES). PENA CONCRETIZADA EM 5 ANOS DE RECLUSÃO, EM REGIME INICIAL FECHADO. RECONHECIMENTO DE CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. ELEVADA CULPABILIDADE PELA QUANTIDADE E QUALIDADE DA DROGA APREENDIDA (2,5 KG DE MERLA). PERSONALIDADE DESVIRTUADA. DECISÃO FUNDAMENTADA. PARECER DO MPF PELA DENEGACÃO DA ORDEM. ORDEM DENEGADA.

1. Ausente constrangimento ilegal a ser sanado pela via do Habeas Corpus, se a majoração da pena-base acima do mínimo legal foi devidamente justificada pelo Julgador, em vista do reconhecimento de circunstâncias judiciais desfavoráveis.

2. No caso, foi considerada elevada a reprovabilidade da conduta do paciente, em vista da quantidade e da qualidade da droga apreendida (2,5 quilos de merla acondicionados em 150 latas, prontas para o consumo), bem como desvirtuada a sua personalidade, ausente qualquer ilegalidade na fixação da pena base acima do mínimo legal.

3. Parecer do MPF pela denegação da ordem.

4. Ordem denegada.

(STJ, Pet 6.800/DF, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 15/10/2009, DJe 23/11/2009).

Sendo assim, considerando que se encontram presentes os fundamentos legais para aplicação da pena imposta ao paciente, em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, voto pela **denegação** da ordem, mantendo intacta a sentença combatida.

Recife, 17 de dezembro de 2009.

Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

Relator